

CEU PAZ – UM ESTUDO CRÍTICO ACERCA DE SEU PROJETO SOCIAL E ARQUITETÔNICO PARA O COTIDIANO LOCAL, SOBRETUDO DO SER.

Alessandra Rosa Marques da Silva (IC) e Rodrigo Mindlin Loeb (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

Os projetos de equipamentos públicos, localizados em áreas de vulnerabilidade socioambiental nos territórios urbanos, apresentam-se como instrumentos de inclusão social e acesso ao direito à cidade. Esta pesquisa procurou fazer um estudo crítico acerca do CEU Paz em relação ao seu projeto arquitetônico e sua proposta de inclusão social no distrito da Brasilândia, extremo norte do município de São Paulo. O estudo buscou compreender, a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa empírica, as reais complexidades do equipamento público multifuncional do CEU Paz na produção do espaço urbano e no enfrentamento das desigualdades sociais, levando em consideração o período pré, durante e pós pandemia de Covid-19. Procurou-se também fazer um recorte da questão de gênero, considerando o fato de que as mulheres são grandes protagonistas para o desenvolvimento urbano e social, mas usufruem da cidade de maneira diferenciada, necessitando de uma ampla rede de proteção e apoio para que consigam ter acesso ao direito à cidade.

Palavras-chave: CEU Paz. Equipamento Público. Mulher

ABSTRACT

Projects of public equipment, located in socio-environmentally vulnerable areas in urban territories, are instruments for social inclusion and to access the right to the city. This research sought to conduct a critical study on the CEU Paz (a Brazilian Unified Educational Center) regarding its architectural project and proposal for social inclusion in the Brasilândia district, in the northern edge of the municipality of São Paulo. The study aimed to understand, based on bibliographical and empirical surveys, the real complexities of the multifunctional public equipment of CEU Paz in the production of the urban space and to face social inequities, considering the periods before, during, and after the Covid-19 pandemic. It also sought to focus on gender issues, considering that women are great protagonists for social and urban development but benefit from the city in a different manner, demanding a wide protection and support network to ensure their right to the city.

Keywords: CEU Paz. Public Equipment. Woman.

1. INTRODUÇÃO

O estudo propõe uma análise crítica acerca do CEU Paz - um equipamento de educação, lazer, cultura e esporte de caráter público - sob a perspectiva da vulnerabilidade socioambiental e de gênero na Brasilândia. Discute-se se o projeto consegue proporcionar a igualdade ao acesso a políticas públicas urbanas que promovam o direito à cidadania e a cidade de maneira integral, abrindo caminho para uma perspectiva também sob a ótica feminista de apropriação desses espaços, principalmente durante o período da pandemia de Covid-19.

A presente pesquisa se justifica com base na sociedade contemporânea e o cenário que se encontra o distrito da Brasilândia, localizado no extremo norte da cidade de São Paulo. Segundo dados obtidos pelo levantamento do Mapa da Desigualdade de 2021, de autoria da Rede Nossa São Paulo, a área possui 25,41% de seus domicílios em favelas – a quinta maior porcentagem da cidade entre os 96 distritos.

A localização de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social e ambiental está pautada pela lógica da cidade capitalista de apropriação. Moldando, assim, as relações da estratificação social. Ao afastar-se dos grandes centros de infraestrutura da cidade, essa população se expõe a riscos ambientais como desmoronamento, falta de saneamento básico e recursos hídricos. Para agravar as situações de risco nesses locais, soma-se ainda a maior concentração de crianças e jovens da cidade, o que tornam as políticas públicas pela igualdade ao direito à cidade essenciais para uma perspectiva de futuro melhor.

Sob a esfera feminista, o estudo dos lares brasileiros de Cavenaghi e Alves (2018) revela que 40,50% dos domicílios eram chefiados por mulheres em 2015, com característica predominante de famílias monoparentais. Novamente, o Mapa da Desigualdade de 2021 deve ser considerado, mas, ao que diz respeito à porcentagem de mulheres na região: elas representam 52,1% da porção total da população do distrito. Dentro desse panorama geral, a área manifesta a presença majoritária do gênero feminino que inseridas em seus lares também se mostram essenciais para gestão familiar. Mas, reduzir a mulher única e somente as atividades domésticas e maternas é perpetuar padrões impostos pela sociedade patriarcal. Elas também reivindicam o direito ao trabalho, ao lazer e sobretudo a educação, porque é de interesse que haja o fortalecimento de suas autoestimas e autoafirmações perante o Estado.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar criticamente a implantação do projeto em uma área de proteção e risco ambiental e seus rebatimentos na proposta de inclusão social dos CEUs da 1ª fase.

Assim, o problema da pesquisa será norteado por três questões principais: o CEU Paz consegue cumprir com a proposta inclusiva da Cidade Educadora e atender a população

vulnerável da Brasilândia em relação as necessidades de equipamentos de cultura, lazer e esportes através de seu programa integrado? Como sua arquitetura e implantação impactaram no desenvolvimento urbano local e se são receptivas à população? Como este equipamento pode servir de assistência e acolhimento para as mulheres da região?

Por se tratar de um debate de importância social contemporânea, essas perguntas também serão rebatidas para o contexto da pandemia do Covid-19, já que o distrito foi drasticamente afetado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao considerar a cidade de São Paulo como um território de disputas, moldado pelas relações de estratificação social, compreende-se que o acesso à terra se dá através dos interesses do capital. Isto é, a terra torna-se uma propriedade privada que é garantida através do poder de acumulação que um indivíduo pode ter e, portanto, a classe trabalhadora deve disputar o território não apenas entre seus iguais, mas também com as próprias funções que a cidade pode exercer, como lazer, cultura, trabalho, educação, saúde e transporte. Assim, as zonas de alta renda são comuns em ambientes de infraestrutura, equipamentos públicos e redes de mobilidade consolidadas, porque é através da apropriação privada dos espaços que o status exclusivo de privilégios ao acesso de parte da população se mantém. “Mesmo que o ambiente construído seja produzido por muitos coletivamente, ele é apropriado privadamente, com custos que cada um deve pagar com sua respectiva capacidade aquisitiva.” (VÉRAS, 2010, p.35).

As periferias tornam-se uma alternativa marginal para o acesso à terra. Dentro dos moldes capitalistas, esta deve ser tratada como uma mercadoria que para se ter posse são necessários uma série de tramites legais e burocráticos. O setor imobiliário conduz a vida urbana e pulveriza as funções da cidade, criando uma realidade estratificada e funcional do uso do solo urbano.

É no centro da cidade que o mercado imobiliário impera soberanamente. “Hoje a metrópole de São Paulo é uma cidade mundial globalizada que possui o papel estratégico, tanto no ponto de vista financeiro como fiscal e produtivo” (VÉRAS, 2010, p.34). Portanto, seu centro e adjacências próximas tornam-se territórios de interesse para as trocas capitais que visam a acumulação e a produção, tendo em vista a presença da infraestrutura consolidada capaz de amparar e servi-las.

“Um dos elementos distintivos da chamada “cidade mundial” é a emergência do setor de serviços altamente especializados, articulando espaços com uma racionalidade e eficiência assentadas na competitividade estabelecida por

padrões impostos mundialmente, sendo também esse o comportamento que se vislumbra em São Paulo. Todavia, o desenvolvimento do setor de serviços encontra uma barreira para sua realização, que é a escassez das áreas centrais da metrópole onde, tradicionalmente, se localizam os setores de serviços, que necessitam justamente desta centralidade” (CARLOS, 2007, p.73)

Carlos (2007) argumenta que a privatização dos espaços centrais através de uma gestão que trata a terra como mercadoria – a mais cara e mais burocrática que a cidade pode oferecer – inviabiliza o direito ao acesso a esse privilégio por camadas sociais mais empobrecidas. Essa forma urbana impede com que haja a apropriação plena da cidade e, à medida que o mercado imobiliário dita regras para esta, ele também impõe a fragmentação do uso do solo através da sua generalização e homogeneização. A cidade (produção social humana) torna-se um elemento exterior a sociedade. Assim, a classe que não atinge os parâmetros impostos por essa organização social acaba sendo excluída pelo sistema, principalmente no que diz respeito ao acesso a habitação, aos serviços e a infraestrutura que a cidade pode oferecer.

Essa classe é designada para áreas periféricas da cidade desprovidas de infraestrutura e serviços básicos que qualificam a vida humana. Ao longo dos anos, esse processo se expande cada vez mais para os limites administrativos do município, o que acaba criando novas zonas expandidas de centralidade.

Como nos outros processos de apropriações dos espaços urbanos, o acesso ao lazer, a cultura, ao esporte e, inclusive, a educação são ofertados, majoritariamente, através da aquisição privada. Nas periferias os equipamentos de caráter público voltados para estes fins, levam consigo valores capazes de amenizar a desigualdade social que a própria cidade produz - impondo limites e valor de troca nas suas relações cotidianas -, além de produzir uma perspectiva positiva de futuro.

“O foco sobre a questão do lazer, entretanto, é relativamente recente no Brasil. Seja porque o fenômeno de urbanização acelerada pelo qual o país passou nas últimas décadas trouxe à população e aos poderes públicos questões tidas como mais urgentes (direito à moradia, acesso à escola e creches, transporte, saneamento e atendimento à saúde), seja porque tradicionalmente o lazer era em geral pensado e concebido como um bem acessível mediante aquisição privada.” (CAMPEÃO, 2013)

“Está bastante demonstrado que os bairros e distritos das cidades onde se registra maior índice de violência e criminalidade são também aqueles que contam com o menor número de espaços, instalações e alternativas de lazer. Como em geral também estão presentes nessas regiões outros indicadores sociais como alta taxa de desemprego, de evasão escolar, de analfabetismo,

impõe-se aos governos de todas as esferas a execução de políticas públicas de inclusão social que contemplem programas de geração de renda e trabalho, atendimento universal de educação e saúde, e programas culturais, esportivos, recreativos e de lazer, sobretudo voltados a jovens e crianças, como fator de proteção ou recuperação da infância e da adolescência em situação de risco.” (CAMPEÃO, 2013)

Ao que diz respeito à figura feminina, Gonzaga (2011) argumenta que as mulheres são os segmentos mais empobrecidos do planeta, inclusive perante a dinâmica vigente da estrutura urbana contemporânea. Esta situação intensifica-se através do preconceito contra a figura feminina de apropriação do espaço urbano que impede com que elas usufruam o espaço construído, seja ele público ou privado. Essa perspectiva revela uma cidade exclusiva também sob o panorama do gênero. A figura masculina revela-se um padrão para que a vida urbana seja idealizada e construída, engendrando, assim, uma cidade patriarcal com relação de dominação e submissão da figura feminina. “A cidade é, portanto, um lugar em que a ideologia se materializa.” (GONZAGA, 2011, p. 18)

Gonzaga (2011) ainda salienta que as estruturas sociais que vigoram na cidade ainda são capazes de reduzir a mulher ao confinamento da esfera doméstica e da maternidade. Nas periferias, as mulheres constituem a principal força de trabalho e são as principais gestoras da dinâmica familiar, principalmente quando se trata de famílias monoparentais. Portanto, é dentro de seus lares que essas mulheres dissipam seus momentos livres do trabalho, dividindo-os entre a supervisão dos filhos e da casa, deixando para os homens a apropriação dos espaços comunitários de lazer e esporte.

Vale ressaltar ainda que mesmo que as mulheres sejam a principal força de trabalho nas periferias, elas ainda reivindicam a existência de equipamentos educacionais voltados a primeira infância. Esses equipamentos são essenciais para a permanência delas no mercado de trabalho perante sua divisão desigual de funções relacionadas ao gênero e para que garantam sua autonomia. Para Rosenberg (apud FARIA, FINCO, GOBBI, Faria 2015, p.9) “o movimento feminista trouxe para a luta a crítica ao papel tradicional da mulher na família e a defesa da responsabilidade de toda a sociedade em relação à educação das novas gerações”. É importante, portanto, que o acesso a esta educação seja de caráter público e que esteja em um raio próximo desse território de vulnerabilidade.

“[...] a maternidade como uma função social que deve ser assumida pelas políticas públicas, assim como representa a possibilidade de as mulheres terem acesso a direitos garantidores de seu crescimento como pessoas de direitos, como aqueles de poder estudar, trabalhar, fazer política, não esta

forma de fazer política que aí está, mas que as mulheres possam decidir e serem respeitados os seus desejos.” (GONZAGA, 2011, p. 207)

Os CEUs (Centros Educacionais Unificados), apresentam-se aqui como um instrumento para a proposição do conceito de Cidade Educadora¹ nas áreas mais vulneráveis da cidade de São Paulo. A proposta da Cidade Educadora garante a assistência educacional à população das mais diversas faixas etárias, ao mesmo tempo que lhes garantem o acesso a cidade levando em consideração sua presença dentro do território urbano.

“Uma cidade pode ser considerada como uma “Cidade Educadora”, quando, além de suas funções tradicionais – econômica, social, política e de prestação de serviços – ela exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. Para uma cidade ser considerada educadora ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos – crianças, jovens, adultos, idosos – na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora. Na Cidade Educadora todos os seus habitantes usufruem das mesmas oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e de entretenimento que a cidade oferece.” (GADOTTI, 2004, p.7)

A educação deve transcender a sala de aula e apropriar-se do ambiente construído e não construído, usando como apoio o fortalecimento da cultura local e da ideia de pertencimento. Todos os lugares são de aprendizado e a própria cidade precisa ser entendida como um laboratório de educação, já que ela é o próprio palco das convivências que geram aprendizagens sobre valores e atitudes através da interpessoalidade dos usuários. Esse processo deve ter como base a primeira infância e seguir todas as faixas etárias da vida humana, criando a relação e a convivência entre crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e deficientes, mas também entender a perspectiva infantil para a criação de um espaço que também serve de apoio familiar.

“A educação integral precisa de toda a cidade: do teatro à banca de jornal; do museu ao campinho de futebol; do clube à casa do vizinho – precisa de tudo: espaços edificadas e espaços livres de edificação. A escola integral precisa das ruas. Ao contrário do que muitos pensam e desejam, não quer tirar as crianças das ruas, mas, sim, dar-lhes a oportunidade e o direito do reencontro. Este reencontro não se dará tão facilmente. Entre a escola e a cidade estão erguidos altos muros. O ethos da escola urbana se caracteriza por ser um tempo-espaço desligado da cidade e de todos os estímulos socioculturais provenientes do exterior. Precisamos então abrir vasos

¹ Segundo o portal do MEC (Ministério da Educação), o conceito de “Cidades Educadoras” é um movimento iniciado em 1990, com base I Congresso Internacional das Cidades Educadoras sediado em Barcelona. Nele um grupo de cidades – espalhadas pelo mundo - representadas pelos seus governos locais, pactuaram o objetivo comum de criar projetos e iniciativas para a melhoria coletiva da qualidade de vida de seus habitantes, a partir da apropriação e participação ativa da comunidade na cidade.

comunicantes entre a escola e a cidade, criando novos mecanismos que revertam as tendências herdadas do modo de produção precedente e inventar outros objetos geográficos, pensando o espaço do homem, como propõe Milton Santos.” (FARIA, 2012, p.10)

Assim, as políticas públicas de acesso e inclusão produzem espaços públicos de integração em territórios vulneráveis que sejam capazes de amenizar a demanda de necessidade desse tipo de equipamento. É dever do Estado garantir o acesso igualitário ao ambiente construído, visando a democratização ao direito à cidade. Soares (2013, p.12) define espaço público como um território que assume objetos naturais, geográficos e sociais capaz de receber as mais diversas atividades coletivas cuja função social é superar os interesses privados e prevalecer o interesse público através de uma arquitetura que “contribua para um bem comum”.

“Os CEUs (Centros Educacionais Unificados) inspiram-se na concepção de equipamento urbano agregador da comunidade, com uma visão de educação que transcende a sala de aula e o espaço escolar” (GADOTTI, 2004, p.2). Esses espaços recebem todo o tipo de público dentro das áreas periféricas carentes de equipamentos culturais, de prática esportiva e lazer, proporcionando o amplo desenvolvimento comunitário.

“[...] estão localizados nas periferias da cidade, com grande densidade demográfica, alto grau de exclusão social e forte demanda escolar. São os principais bolsões de miséria da capital. [...] Por sua vez, o critério adotado para frequentar o CEU é morar nas suas imediações, tanto para os alunos, como para a comunidade da região onde ele foi construído.” (GADOTTI, 2004, p.4)

Sobre o programa e seu sistema construtivo tem-se:

“O projeto é composto por três blocos – didático, cultural e desportivo – dispostos em sistemas modulares pré-moldados, capazes de se adequar a vários tipos de terreno, segundo a descrição do programa. O programa do CEU inclui: creche (CEI), escola de educação infantil (EMEI), escola de ensino fundamental (EMEF) e escola para jovens e adultos (EJA) reunidos no mesmo edifício. Os centros também contam com telecentro, padaria comunitária, centro comunitário, sala de espetáculos e projeção (teatro), biblioteca, salas de música, rádio comunitária, escola de iniciação artística, ginásio coberto, quadras, pista de skate e três piscinas.” (CARVALHO, 2008 apud SOARES, 2013, p. 3)

Para Gehl (2015, p. 161) “[...] uma boa política urbana deve concentrar-se em melhorias para o espaço cotidiano comum, integrando alguns desafios e oportunidades para crianças, pessoas mais velhas e esportistas nesse espaço”. O autor ainda destaca a importância da

vida e do espaço para que seja construído finalmente o edifício, isto é, deve-se levar em consideração para construção arquitetônica a realidade e a vida das pessoas que irão apropriar-se do espaço no meio em que estão inseridas e, assim, levar expectativas e prognósticos das atividades futuras que serão implantadas.

“Os CEUs constituem-se em centros de experimentação educacional e de investigação, começando pelo mapeamento da realidade local, das condições sócio-culturais-econômicas-geográficas-históricas, como indicam os primeiros estudos sobre os CEUs. Essa pesquisa do entorno deve transformar-se em banco de dados disponível na biblioteca, servindo para o desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos CEUs.” (GADOTTI, 2004, p.2)

É dever do Estado garantir a materialização das políticas públicas capazes de amenizar a disparidade das realidades sociais dentro do território urbano, transformando práticas cotidianas em direito ao acesso a cidade e seus equipamentos.

“No âmbito da política municipal de educação, a democratização da gestão, a democratização do acesso e a qualidade social da educação foram elevados à categoria de eixos estruturadores de toda e qualquer ação que vise a pensar ou a repensar a educação no Município de São Paulo. O advento dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) constituiu-se em oportunidade única para a consolidação das práticas políticas até aqui implementadas e consubstanciada na definição de quatro objetivos específicos para estas unidades educacionais: 1) desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos; 2) pólo de desenvolvimento da comunidade; 3) pólo de inovação de experiências educacionais. 4) protagonismo infanto-juvenil.” (GADOTTI, 2004, p.6)

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como metodologia abordagens teóricas e qualitativas. A primeira etapa da pesquisa consistiu na ampliação do referencial teórico, com autores e obras relevantes para o estudo, com temas de abordagem sobre: a cidade e a produção do espaço urbano, o território da Brasilândia e o projeto do CEU Paz, a mulher na sociedade e, por fim, o período da pandemia de Covid-19. Dessa forma, todo o conteúdo teórico serviu como ponto de partida para entender a problemática territorial da implantação do CEU Paz, entendendo suas potencialidades e fragilidades, e destacou o equipamento como um campo de conflitos urbanos, devido as suas características e o grau de impacto da sua construção.

Inicialmente, a pesquisa compreendia a importância da pesquisa *in loco* para apreciação real das problemáticas locais e levantamentos precisos para o fortalecimento do estudo durante a segunda etapa. Contudo, por conta da pandemia de Covid-19, a necessidade do distanciamento social e a reorganização das voltas às atividades presenciais por parte do objeto de estudo - já durante o período de flexibilização -, a pesquisa teve de ser modificada para que pudesse respeitar adequadamente as restrições impostas pela pandemia, não podendo ter a aplicação das entrevistas e do questionário à população. Assim, durante essa etapa, a abordagem qualitativa foi desenvolvida a partir do levantamento de dados digitais e acompanhamento das redes sociais do equipamento, que permitiram a análise da área durante o período.

A terceira etapa envolveu a análise crítica das informações coletadas tanto na primeira etapa quanto na segunda. Os debates dos estudos teóricos e dos estudos qualitativos promoveram um entendimento completo da região e possibilitou a compreensão das complexidades sobre o projeto do CEU Paz e sobre as questões de gênero no distrito.

Finalmente, durante quarta etapa ocorreu a produção do artigo, como documentação, síntese e apresentação dos resultados obtidos durante a pesquisa, para ser apresentado posteriormente.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

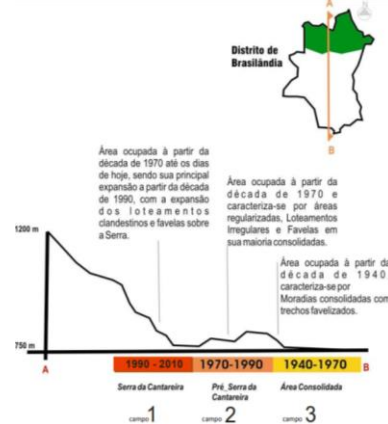
Localizado no extremo norte da cidade de São Paulo, na subprefeitura da Freguesia do Ó, o distrito da Brasilândia começou a ser ocupado de forma desordenada a partir de 1950, após a venda de terras do sítio da família de Brasília Simões para a empresa Brasilândia Terrenos e Construções – responsável pelo loteamento do lugar. Segundo o Mapa da Desigualdade de 2021, o território conta com uma população de 281.977 habitantes para uma porção territorial de 21 km, sendo 52,1% de mulheres, 11,62% de crianças de 0 a 6 anos – a 3ª maior da cidade – e 47,6% de jovens – população de 0 a 29 anos.

Marcado historicamente pelo intenso adensamento populacional em uma área de mares e morros, o distrito é caracterizado pelo baixo nível educacional e por ser um território dormitório – com intenso deslocamento pendular pela falta de polos de trabalhos e baixo dinamismo econômico, com destino às áreas centrais da cidade.

O primeiro período de ocupação da região acontece pelas décadas de 1950, 1960 e 1970, que são determinadas pela ocupação da região sul do distrito, área hoje consolidada por habitações regulares, serviços e infraestrutura urbana. A partir da década de 1970 até 1990,

a região é marcada pela ocupação irregular da pré-Serra da Cantareira² - área não mais protegida desde 1960 -, é neste período que surgem os bairros informais do Jardim Paraná – local onde o objeto de estudo é implantado a partir dos anos 2000.

Figura 1: Corte diagramático e explicativo sobre a ocupação progressiva do distrito da Brasilândia.



Fonte: ANGILELI (2012, p.28)

À medida que os projetos de infraestrutura urbana e, consequentemente, a valorização imobiliária dos territórios mais baixos e mais próximos das zonas centrais foram se consolidando, houve uma dispersão gradual da população para o topo da pré-Serra da Cantareira.

“Há, por conseguinte, uma tendência de os grupos de baixa renda residirem ou em áreas públicas (geralmente invadidas) ou em áreas com desvalorização imobiliária no mercado de terras pouco propícias à ocupação devido às possibilidades de risco, à falta de infraestrutura urbana e que, via de regra, constituem-se também as únicas acessíveis a essa população mais pobre. (VÉRAS, 2010, p.42)”

Angileli (2012) ressalta:

“A análise inicial destas comunidades feita junto com os pesquisadores sociais, apontou para um processo rápido de ocupação que gerou inúmeras áreas de risco geotécnico [na Brasilândia]. Estas áreas estariam sendo ocupadas por moradores do distrito e de outras regiões da cidade devido à valorização imobiliária deste tecido urbano com a implantação e obras públicas e infraestrutura. Outros ocupantes seriam, também, os moradores removidos por obras públicas no próprio distrito e em distritos vizinhos, que

² A pré-Serra da Cantareira é uma região de transição entre a área urbana e a Serra de Cantareira, também é chamada de “Zona de Fronteira”. Até 1960, depois de um intenso processo de exploração para a plantação de cana-de-açúcar e café até o século XIX, a Serra da Cantareira era um elemento urbano de infraestrutura urbana de produção de água protegido pelo Estado. A partir desse período, sua produção não é mais suficiente e o lugar sofre como o “abandono” Institucional até mesmo com a Lei de Proteção dos Mananciais da década de 1970. Atualmente, pelo zoneamento da cidade de São Paulo, a pré-serra é uma Zona Especial de Proteção Ambiental e a serra uma Zona Especial de Proteção.

com a indenização estariam comprando lotes irregulares na Serra.” (ANGILELI, 2012, p.29)

Além das carências já mencionadas, a Brasilândia também convivia simultaneamente com uma série de mazelas sociais que se alastravam morro acima. Em uma matéria publicada em março de 1998 pela Folha de São Paulo, intitulada “SP tem novo “polo” de homicídios”, o distrito tornou-se o mais violento da cidade entre os períodos de 1994 e 1997 com uma taxa de homicídios de 101,2 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. Em outra matéria de 2004, publicada pelo mesmo jornal, a região é apontada como uma das mais pobres da capital e classificada pelos paulistanos ouvidos pelo instituto de pesquisa Datafolha como “entre as três [regiões] mais feias, mais pobres, mais violentas e de nome mais feio” (PENTEADO, 2004). A reportagem ainda traz uma série de depoimentos sobre a vergonha, a insatisfação de morar ali e a vontade de deixar o local. Angileli (2012) faz uma importante observação sobre essa falta de vínculo dos moradores com a paisagem:

“A falta de vínculo, em parte, está relacionada ao sentimento de *“provisoriedade”*, devido a carência de todos os tipos (habitacionais, urbanas, e mesmo de cidadania). A princípio, este sentimento pode ser desencadeado pelo processo de desterritorialização, ou desculturalização. Um estranhamento com o espaço em que se vive que é resultado da grande mobilidade que praticamente tornou-se regra na trajetória de vida desses moradores, muitos dos quais, são migrantes vindos de outros estados ou mesmo de outras regiões da cidade” (ANGILELI, 2012, p.45)

Assim, o conjunto de fatores: a falta de infraestrutura básica (iluminação pública, saneamento básico adequado, coleta de lixo, etc.), a carência de equipamentos públicos de assistência (educação, cultura, lazer, saúde, etc.), a presença intensa da violência (do Estado, do narcotráfico, do sistema ilegal de posse de terras e a baixa expectativa de vida), a dificuldade da mobilidade intraurbana, a questão da moradia irregular e precária e, por fim, a alta propensão a riscos e desastres ambientais (enchentes e escorregamentos em períodos de chuvas torrenciais); tornam a Brasilândia um complexo, vulnerável e heterogêneo ecossistema. Spink (2014) define vulnerabilidade socioambiental:

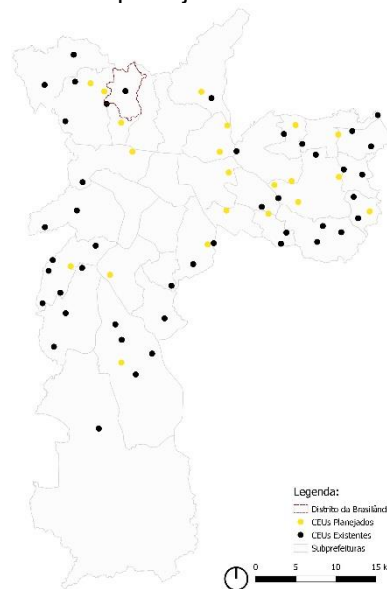
“A definição de vulnerabilidade socioambiental combina duas séries de fatores: 1) processos sociais relacionados à precariedade das condições de vida e proteção social que tornam certos grupos, principalmente entre os mais pobres, mais vulneráveis aos desastres; e 2) mudanças ambientais resultantes da degradação do meio ambiente que tornam certas áreas mais vulneráveis.” (SPINK, 2014, p. 3746)

Dessa forma, os CEUs apresentam-se, no início da década de 2000, como alternativas sociais para a criação de polos de centralidade que fossem capazes de reconciliar os espaços periféricos vulneráveis com a cidade, garantindo o direito à cidadania por meio do acesso a equipamentos públicos multifuncionais e promovendo infraestrutura urbana. É durante o governo da prefeita Marta Suplicy (Partido dos Trabalhadores, 2001-2004), com base no conceito da Cidade Educadora, que os CEUs são idealizados e implantados pela cidade.

A distribuição da 1ª fase³ dos CEUs levou como ponto de partida os estudos do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de 1996, desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e coordenado pela socióloga Adaísa Sposati, e a pesquisa na Vila Brasilândia pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação (CENPEC) sobre os desejos dos adolescentes de 2000. Eles foram implantados em regiões da cidade com altos índices de vulnerabilidade social e ambiental, violência e ausência de serviços essenciais à população por parte do Estado.

“Assim, o projeto arquitetônico deveria responder a estas questões: prover a periferia de espaços não existentes para atividades culturais nas suas diversas linguagens e prática de modalidades esportivas, proporcionar a convivência com a comunidade e ser um espaço comunitário” (PEREZ, 2018, p. 289 apud SANCHES, 2016, p.103)

Figura 2: Mapa dos CEUs existentes e planejados⁴ distribuídos pela cidade de São Paulo.

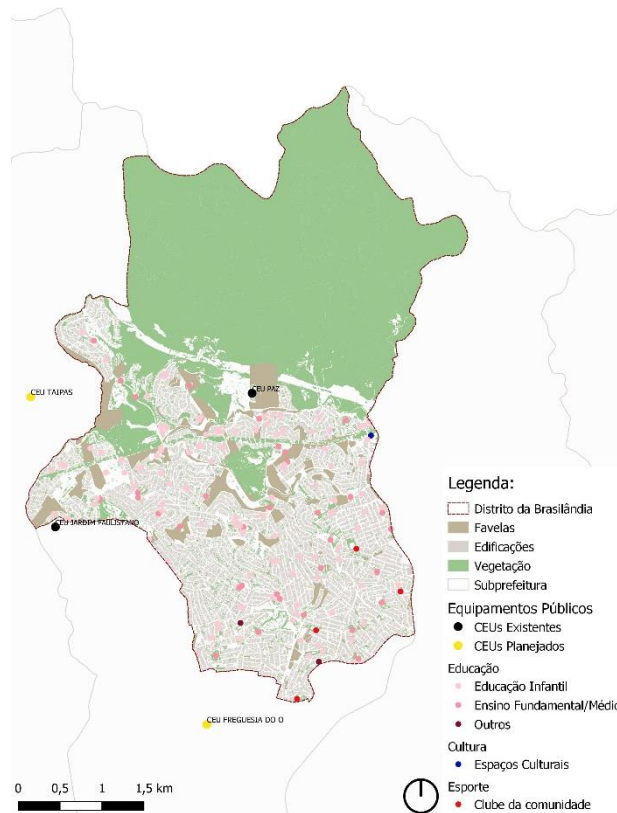


Fonte: Autoral (2021) com base de dados da Gestão Urbana (2015)

³ As fases dos Centros Educacionais Unificados dividem-se em 3: 1ª fase) idealização, desenvolvimento e implantação dos CEUs no governo da Marta Suplicy (2001-2004 pelo PT). 2ª fase) nas gestões de José Serra (2005-2006) e Gilberto Kassab (2007-2012), ambos prefeitos pelo partido PSDB, com a proposta de um novo projeto arquitetônico e reformulação teórica. 3ª fase) deu início na gestão Fernando Haddad (2013-2016 pelo PT) com a implantação de novos projetos intitulados “Territórios CEUs”, que também foram exportados para em outros municípios próximos de São Paulo.

⁴ Os CEUs planejados fazem parte do Programa de Metas da cidade de São Paulo (2013-2016), que tinha como objetivo de implantar 20 novas unidades da Rede

Figura 3: Mapa do distrito da Brasilândia e seus equipamentos públicos. Nota-se a presença majoritária de equipamentos de educação básica e poucos - ou quase nenhum – equipamentos culturais, esportivos e de lazer.



Fonte: Autoral (2021) com base de dados do GEOSAMPA (2021)

Construído bem abaixo do topo da pré-Serra da Cantareira, o CEU Paz foi inaugurado em maio de 2004. Segundo o portal da Secretaria Municipal de Educação (SME), antes da pandemia de Covid-19, a construção atendia por volta de 20.000 pessoas e tem como infraestrutura 3 unidades escolares (CEI Paz, EMEI Paz e EMEF Teotônio Vilela Sen), o teatro “Cazuza” com capacidade de 450 pessoas, a biblioteca “Augusto dos Anjos”, 3 piscinas, 1 quadra coberta e 1 sala de ginástica.

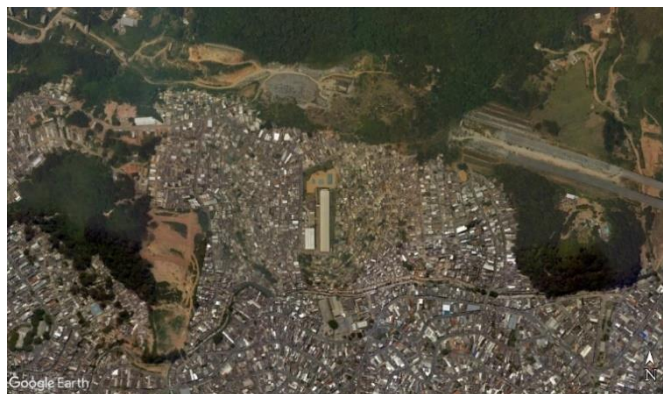
Inicialmente, a construção tinha como objetivo suprir as altas demandas por espaços educacionais, de lazer, cultura e esporte na região, cumprindo uma das promessas de campanha da prefeita. Assim, houve a instalação pontual de rede de infraestrutura básica levando iluminação pública, asfaltamento e criação de novas vias, criação de uma nova – e única – linha de ônibus, expansão da rede de distribuição de energia, água e coleta de esgoto e impulsionou a criação de pequenos comércios locais no entorno imediato. Em contrapartida, o projeto não levou em consideração questões sobre o meio físico - por estar localizado em uma área de risco ambiental -, não criou um plano de impacto ambiental e não levou em consideração a dinâmica de produção do espaço em territórios periféricos da cidade, o que favoreceu e, conseqüentemente, promoveu um maior adensamento populacional e habitacional na área de proteção ambiental.

Figura 4: Foto aérea do CEU Paz e seu entorno capturada em 2004, mesmo ano da finalização da construção e de sua entrega.



Fonte: GEOSAMPA (2004)

Figura 5: Foto aérea capturada em 2022 do CEU Paz e seu entorno, 18 anos depois de sua construção.



Fonte: Google Earth Pro (2022)

Figura 5: Foto do projeto construído CEU Paz e seu entorno.



Fonte: Portal SME (2018)

Angileli (2012) observa em sua pesquisa a falta de vínculo dos moradores dos bairros mais próximos - que são caracterizados por ocupações irregulares e que fazem parte da agenda de reintegração de posse - com o equipamento. A falta de comprovante de residência⁵ e endereço regularizado perante o Estado, faz com que o acesso a esse equipamento seja

⁵ Segundo o portal SME, para conseguir uma vaga nas unidades de educação do CEU é preciso: "Dirija-se a qualquer unidade de Educação Infantil municipal para fazer o cadastro, levando comprovante de residência com CEP, um documento do responsável, um documento da criança e telefones para contato. É muito importante manter o endereço e os telefones atualizados. Desde junho de 2020, também é possível fazer a solicitação online, preenchendo o formulário". De acordo com a coordenação do próprio CEU Paz, o comprovante de residência é necessário também para a prática das atividades recorrentes do espaço, sejam elas culturais, profissionalizantes ou esportivas.

possível apenas aos moradores em situação regular, ou seja, moradores de áreas mais consolidadas e mais próximas das regiões centrais no distrito. Além disso, outro fator que se deve levar em consideração é o difícil acesso ao equipamento. O sistema de transporte público no distrito, como um todo, é deficitário. Até existem algumas linhas de ônibus que chegam até a região, ligando este ponto ao sentido sul (passando pelo Terminal Vila Nova Cachoeirinha e chegando até o Metrô Barra Funda), mas nenhuma que chegue até a rua do equipamento.

“O fluxo de pessoas que passou a se dirigir para o CEU demandou do poder público melhores formas de acesso, já que a subida do morro é a principal crítica dos usuários. A gestora acredita que muitas pessoas, principalmente os mais velhos, deixam de ir ao CEU por ele estar localizado num platô tão elevado.” (MARTINS, OLIVEIRA, PATITUCCI, 2016, p.84)

Angileli (2012) ainda critica a falta de abrangência⁶ no atendimento da população, porque mesmo que ainda consiga promover um certo nível de acesso e assistência a comunidade, ele não consegue se estender ao território como um todo por estar em um ponto praticamente isolado.

“A falta de apropriação destes espaços nos leva a questionar: para qual população estes espaços públicos fazem sentido? O CEU Paz, atendeu uma demanda por escola e "cultura", mas para um único loteamento: o Jardim Paraná. Assim, reduziu a capacidade de abrangência deste equipamento de grande porte que poderia disponibilizar para toda a população da região da pré-Serra e Serra da Cantareira no distrito de Brasilândia um lazer em período integral, com piscinas, teatro e espaços de dança. Mesmo sabendo que a inclusão social por meio da educação e da cultura não demanda "grandes edificações (inclusive este tipo de equipamento tende a ser "sucateado" pelo alto custo de manutenção), equipamentos de menor porte, e adequados as condições ambientais e as expectativas sociais não seriam alheios a paisagem, e seriam utilizados pela população, que poderia participar da gestão destes equipamentos. Para o poder público é mais importante deixar sua marca do que dar autonomia a estes territórios.” (ANGILELI, 2012, p.99)

Martins, Oliveira e Patitucci (2016) ainda ressaltam que a presença do equipamento, devido sua monumentalidade, extensão e multifuncionalidade, ainda consegue criar uma zona fomentadora de centralidade, já que o espaço se tornou um ponto de encontro e incentivo aos pequenos comércios locais. Mas, a presença de grades que cercam o entorno da construção, faz com que não exista uma relação fluída e permeável do espaço com seu entorno, ainda

⁶ A proposta original dos CEUs do governo Marta Suplicy previa atender um raio de 2km.

que o equipamento conte com praças internas generosas. Portanto, a própria arquitetura acaba afastando e isolando ainda mais o equipamento do cotidiano da comunidade.

Neste sentido, a falta de participação popular tanto na idealização dos conceitos dos CEUs por parte da Prefeitura quanto por parte do projeto programático e arquitetônico na implantação do CEU Paz, são pontos de grandes críticas a proposta de democratização desses espaços.

“Se o processo de elaboração do projeto excluiu os principais interessados em sua elaboração (trabalhadores da educação, pais e alunos, partindo-se do princípio de que era um projeto educacional), bem como os setores da sociedade civil organizada, embora tenha sido posteriormente apresentado e discutido com a comunidade, podemos dizer que não se tratou de um processo democrático. Tal processo manteve a tradição de implantação de projetos elaborados por um grupo de intelectuais, de maneira centralizada, a ser executado pelo aparato burocrático existente.” (SANCHES, 2016, p. 107)

Com a pandemia do Covid-19 no início de 2020, as relações cotidianas foram bruscamente afetadas e a dimensão da cidade tomou uma outra proporção. O que era público e social, passou a ser representado pelo isolamento e distanciamento. Além das questões que envolvem o direito à moradia digna, o acesso a infraestruturas urbanas básicas a vida humana – como a distribuição de água, o recolhimento do esgoto, o acesso à energia elétrica e a internet - e a democratização do acesso aos equipamentos de saúde de qualidade, a pandemia intensificou as fragilidades das questões de gênero. Em agosto de 2020, segundo informações disponibilizadas pela Prefeitura de São Paulo, o distrito da Brasilândia era a segunda região da cidade com o maior número de mortes por Covid-19 durante o auge da pandemia.

Boa parte das atividades cotidianas, como, por exemplo, a educação, passaram a ocorrer de forma virtual e à distância. As próprias aulas da rede pública da prefeitura e do estado de São Paulo, passaram a ocorrer rigorosamente de maneira remota. Contudo, essa alternativa só evidenciou ainda mais a desigualdade social do acesso à internet. O Mapa da Desigualdade de 2021 mostra que o distrito possui 1,9 distribuição de antenas de internet móvel para cada 10.000 habitantes, enquanto no distrito do Itaim Bibi – maior acesso de internet móvel por população do município - essa proporção é de 49,8. Isso acabou refletindo negativamente no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes de baixa renda e aumentou as taxas de evasão escolar por todo o país.

Prado (2021) propõem em sua pesquisa uma abordagem reflexiva sobre como as famílias, sobretudo as mulheres, da Brasilândia tiveram seus cotidianos e psicológicos

afetados ao longo da pandemia. A autora evidencia, ao longo da história, o papel fundamental da figura feminina dentro da esfera doméstica e, por mais que as mulheres tivessem avançado no debate de igualdade de gênero, a pandemia acabou reestabelecendo um modelo capitalista patriarcal de organização familiar muito opressivo e desgastante para elas.

A pesquisa também apontou o sobrecarregamento e esgotamento total destas mulheres. Isso porque quando inseridas no ambiente doméstico ou eram elas as responsáveis pela organização e acompanhamento das aulas remotas das crianças e adolescentes, pelo auxílio nas tarefas escolares, pela limpeza da casa, enquanto trabalhavam de forma remota; ou elas precisavam sair para trabalhar, expondo-as diretamente ao vírus e não podendo contar com a rede de apoio que as auxiliavam na supervisão de seus dependentes.

“[...] O que se atestou, é que coube às mulheres a árdua tarefa de convivência familiar e garantia das crianças e adolescentes a suas condições mínimas de sobrevivência, além da educação durante esse período. Contaram muito pouco com o Estado e com sua rede de apoio (como escola, família extensa e comunidade), reduzida pelo distanciamento social.” (PRADO, 2021, p. 9)

Vale ressaltar ainda que a violência contra a mulher aumentou durante o período. Segundo o relatório divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2020, os atendimentos da Polícia Militar a mulheres vítimas de violência aumentaram 44,9% no estado de São Paulo, evidenciando que o perigo da violência de gênero não estava apenas nas ruas, como também dentro dos domicílios.

Todos esses fatores, somados ao medo pelo contágio do Covid-19 – tanto delas quanto de seus familiares e entes queridos – e a falta de atividades diversificadas (culturais, esportivas e educacionais) afetaram negativamente o psicológico dessas mulheres e, consequentemente, a suas autoestimas.

Neste ponto, o CEU Paz apresenta-se como um importante aliado para a rede de apoio das mulheres. Com o fechamento de seu espaço físico, elas acabaram perdendo um espaço de acolhimento para elas e para seus dependentes. Isto porque além de oferecer os espaços educacionais para crianças, o projeto também contava com as atividades no período do contraturno escolar e atividades noturnas abertas ao público. Essas atividades – ainda que voltadas a um nicho seletivo - eram momentos de socialização, de descontração e até mesmo de relaxamento, características que a pandemia do novo Corona Vírus impossibilitou para as pessoas de todo o mundo.

Com a volta das atividades presenciais no início de 2022, o CEU tem retomado a participação do público nas atividades presenciais. Neste ponto da pandemia, de mais flexibilidade das atividades e maior interação humana, o projeto apresenta-se como um

importante projeto para as práticas esportivas, culturais e educacionais que foram perdidas durante o período mais crítico da pandemia.

Figura 6: Comemoração do “Março Mulher” – mês das mulheres – e apresentação do Fitball na volta as atividades presenciais do CEU Paz.



Fonte: Acervo CEU Paz (2022)

5. CONSIDERAÇÕES

A idealização e implantação de políticas públicas que permitem o acesso ao direito à cidade se fazem necessárias ao idealizar espaços públicos democráticos amplamente acessíveis nas cidades, principalmente nas regiões periféricas com altas taxas de vulnerabilidade socioambiental. Essas regiões sofrem um processo constante de adensamento populacional e habitacional pelas camadas mais empobrecidas da sociedade, por estarem fora dos eixos de centralidade, das zonas de especulação imobiliária e pela carência de assistência por parte do Estado.

O distrito da Brasilândia, assim como a maioria das zonas periféricas paulistas, aparece na cidade como uma organização espontânea e não planejada que se expande para além das zonas de proteção ambiental e áreas de risco. Dessa forma, o distrito conta com uma quantidade insuficiente de equipamentos públicos educacionais, culturais, esportivos e de lazer para sua numerosa população, reforçando a ideia de entretenimento a partir de uma visão capitalista, elitista e classista.

Observa-se, a partir dos dados analisados, que os CEUs foram criados com a premissa de criar espaços públicos provedores de cidadania e que fossem capazes de diluir as desigualdades sociais de seu entorno. Mesmo a proposta tendo ponto de partida nas Cidades Educadoras e com preceitos da filosofia de Paulo Freire -, o CEU Paz é um equipamento urbano que por muitas vezes promoveu e/ou intensificou a exclusão social da população mais pobre e consolidou os meios de produção informal da cidade no bairro do Jardim Paraná. Com uma proposta universal, tanto da ideologia quanto da arquitetura, o equipamento não foi capaz de levar o debate de sua implantação para a população - o quê promoveria a democratização da discussão -, não criou planos estratégicos de proteção ambiental e, muito

menos, cumpriu sua premissa de acesso universal – pois excluiu a população pela moradia e acessibilidade de transporte. Ainda assim, o equipamento criou uma importante zona de centralidade, levando infraestrutura urbana.

Nota-se ainda o paradoxo que a pandemia de COVID-19 trouxe acerca desse projeto. Ainda que ele exclua parte da população, o projeto era um importante aliado para a rede de apoio para mães e mulheres que já o frequentavam. Sem os espaços físicos de educação, cultura e lazer, as mulheres do distrito encontraram-se, durante período do auge da pandemia, completamente sobrecarregadas e tiveram seus psicológicos abalados.

Conclui-se, então, que o projeto do CEU Paz se apresenta, no contexto urbano de onde está inserido, como mais um complexo espaço de disputas urbanas. Os projetos de equipamentos públicos por parte do Estado devem ter o caráter democrático e participativo para que consigam contemplar o mais amplo contingente populacional, de forma que consiga quebrar a lógica de produção do território urbano capitalista. Devem também contar com planos de impactos ambientais e sociais a curto, médio e longo prazo para que possam justificar a sua implantação, além de serem projetos flexíveis as dinâmicas contemporâneas independente do tempo no qual elas acontecem. Por fim, tem-se que questionar a ideia de um projeto multifuncional de grande escala, ao invés de pulverizar os equipamentos ao longo do território, que possam promover mais dispersão de infraestrutura básica, maior interação de pessoas pelo próprio território e projetos arquitetônicos de fácil manutenção.

6. REFERÊNCIAS

ALVEZ, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. 32. ed. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Seguros, 2018.

ANGILELI, Célia Maria de Moraes Machado. **Chão**. Orientador: Euler Sandeville Júnior. 2012. 259 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CAMPEÃO, Nádia. Os espaços de lazer na metrópole. In **Princípios**, São Paulo, n. 71, p. 58-61, 1 nov. 2003. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/71/cat/1149/osespacos-de-lazer-na-metrropole.html>. Acesso em: 18 abr. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

FARIA, Ana Beatriz Goulart de. Por outras referências no diálogo arquitetura e educação: na pesquisa, no ensino e na produção de espaços educativos escolares e urbanos*. In **Em Aberto**, Brasília, v. 25, ed. 88, dez. 2012.

FINCO, D.; GOBBI, M. A.; FARIA, A. L. G. de. **Creche e feminismo: desafios atuais para uma Educação descolonizadora**. São Paulo: Edições Leitura Crítica: Associação de Leitura do Brasil-ALB, Fundação Carlos Chagas, 2015.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva S.A, 2015.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher: Planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

GADOTTI, Moacir. Educação com qualidade social: projeto, implantação e desafios dos Centros Educacionais Unificados (CEUs). **Produção de terceiros sobre Paulo Freire**; Série Artigos, 2000. Disponível em http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3395/1/FPF_PTPF_01_0418.pdf. Acesso em 17 mar. 2020.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti; DE OLIVEIRA, Paula Custódio; PATITUCCI, Giulia Pereira. O pensamento de Jane Jacobs na perspectiva da cidade incluyente. **Revista Políticas Públicas & Cidades-2359-1552**, v. 4, n. 2, p. 70-89, 2016.

PRADO, Cynthia Nunes de Almeida. **Rodas de Conversação: Grupos reflexivos com famílias em contexto de Pandemia**. Orientador: Luciana Szymanski. 2021. 108 p. Dissertação (Mestrado educação) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

PMSP – Prefeitura da Cidade de São Paulo. **Gestão Urbana**. São Paulo: Gestão Urbana, c2013. Rede de equipamentos. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/rede-de-equipamentos/territorios-ceu/arquivos/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

PMSP - Prefeitura da Cidade de São Paulo. **Mapa Digital da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Geosampa. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso em 30 abr. 2021.

PMSP - Prefeitura da Cidade de São Paulo. **Secretaria Municipal de Educação**. São Paulo: SME. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 30 abr. 2021.

RNSP – Rede Nossa São Paulo. **Mapa da desigualdade**. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2021.

SANCHES, Ydeliz Coelho de Souza. **A gestão do Centro Educacional Unificado (CEU) da cidade de São Paulo**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

TOLEDO, José Roberto. SP tem novo "pólo" de homicídios: De 94 a 97, o distrito de Brasilândia pulou de 25º para 1º mais violento entre os 96 existentes na capital paulista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 78, n. 25191, 23 mar. 1998. Cotidiano, p. 1.

PENTEADO, Gilmar. Local é tido como feio por paulistanos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 83, n. 27325, 25 jan. 2004. Especial, p. 24.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cidade, vulnerabilidade e território. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 7, p. 32-48, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/13959>. Acesso em: 16 fev. 2020.

Contatos: alessandrarosa99@gmail.com (aluno) e rodrigo.loeb@mackenzie.br (orientador)